

Chile: O Regresso ao Futuro

Alexandra Barahona de Brito

A viagem do Chile de regresso ao socialismo ficará marcada pelo modo como o Presidente Lagos gerir o factor Pinochet. À esquerda e à direita, os chilenos estão atentos.

Pela primeira vez desde os primeiros anos da transição, há um debate aceso e aberto na imprensa, mesmo na imprensa conservadora, sobre o significado do passado para a democracia chilena.

Em Março de 2000, Ricardo Lagos Escobar, o líder da coligação socialista e democrata-cristã, a Concertação de Partidos pela Democracia (CPPD), vai tomar posse. A sua presidência vai marcar o regresso de um socialista ao palácio presidencial, depois do derrube violento de Salvador Allende pelo general Pinochet em 1973.

Tal como Allende, Lagos não vai ser um Presidente forte e, tal como o seu desafortunado predecessor, vai estar sobre pressão da direita e da esquerda. No entanto, a história da viagem do Chile "de volta ao socialismo" não é tanto um regresso ao passado mas sim um percurso de volta ao futuro. A natureza do socialismo abraçado por Lagos, uma das figuras centrais da "renovação" do socialismo chileno, é totalmente diferente do "allendismo": a esquerda da Concertación apoia o capitalismo com rosto humano em vez do seu abandono pacífico. O país que Lagos tem de governar é radicalmente diferente daquele que foi herdado por Allende: 17 anos de repressão autoritária e políticas capitalistas mudaram, radicalmente, a paisagem política e social. E dois governos sucessivos de Concertación, ambos liderados pelos democratas-cristãos, Aylwin e Frei, não conseguiram alterar as "amarras" constitucionais criadas pelo ditador cessante para garantir que os chilenos apenas teriam uma "democracia protegida".

Tal como Allende, Lagos tem de lidar com "o factor Pinochet", mas hoje este significa algo completamente diferente do que significava em 1973, mesmo que apresente a Lagos um desafio "allendista": administrar as pressões da esquerda e da direita. Conhecido e respeitado como uma figura da oposição e um intelectual, Lagos é talvez mais famoso pelo chamado incidente "dedo de Lagos": durante um programa televisivo ele apontou o dedo a Pinochet, denunciando-o abertamente pela sua tentativa de se manter no poder depois de ter perdido o plebiscito em 1988. Foi um acto de coragem, indicativo de uma personalidade disposta a correr riscos para marcar uma posição política. A questão é saber se Lagos vai conseguir percorrer a avenida da justiça com a mesmo talento.

Lagos tem repetido que os tribunais devem actuar com independência e que, se os militares o pressionarem para garantir impunidade para o general Pinochet, ele vai "dizer ao povo". No entanto, uma posição aberta anti-Pinochet vai retirar-lhe a cooperação da ala direita, que é essencial para avançar com as reformas constitucionais que ele deseja concluir. Por outro lado, se adoptar posições demasiado "brandas" em relação ao velho ditador, é provável que Lagos perda credibilidade e legitimidade entre os seus apoiantes tradicionais e os comunistas. Estes votaram nele em massa na segunda volta para evitar a repetição dos resultados empatados da primeira volta, ou um resultado ainda pior. E agora vão estar atentos e esperam dividendos políticos.

É interessante sublinhar as mudanças dramáticas que ocorreram desde que Pinochet foi preso em Londres em Outubro de 1998. O General já não é sagrado, a figura paterna intocável e quase venerada que era um mês antes da sua detenção. Quando regressar ao Chile, é improvável que continue a ser senador vitalício e há mesmo uma vaga possibilidade de ser intimado a comparecer num tribunal nacional. No dia 12 de Janeiro de 1998, um juiz de um tribunal de recurso aceitou uma queixa de genocídio contra Pinochet apresentada pelo líder do Partido Comunista. Esta foi a primeira vez que um tribunal no Chile aceitou acusações directas contra o general. Em Novembro de 1999 existiam já 55 casos deste tipo nos tribunais.

Como resultado da prisão de Pinochet, muitos chilenos enfrentaram a "verdade" pela primeira vez desde 1990, algo que tinham conseguido evitar quando o relatório da comissão de verdade Aylwin foi divulgado. Pela primeira vez desde os primeiros anos da transição, há um debate aceso e aberto na imprensa, mesmo na imprensa conservadora, sobre o significado do passado para a democracia chilena. A direita política admite agora, abertamente, que os desaparecimentos eram parte de uma política deliberada do governo dos militares. Ninguém questiona o direito dos familiares de localizarem os desaparecidos, o que é considerado uma prioridade para a democracia chilena. Até os militares fizeram gestos no sentido de aceitarem a necessidade de trabalhar mais o passado, ainda que estejam longe de aceitarem qualquer responsabilidade.

Mas os chilenos ainda têm de percorrer um longo caminho na busca da verdade e justiça, e o general ainda é defendido por muitos, e pela lei inclusive. Embora 59 por cento dos chilenos o queiram ver julgado por tribunais chilenos, isto pode ser tanto um reflexo nacionalista como um desejo de justiça. Certamente que não garante a mobilização da sociedade para garantir o julgamento de Pinochet quando este voltar ao Chile. Resta saber se o Presidente Lagos vai garantir que "o mais grande dos bichos grandes" será finalmente apanhado nas teias da lei.